MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR

Vicente José Malheiros da Fonseca¹

1. Introdução.

O direito ambiental é a ciência que estuda os problemas ambientais e suas interligações com o homem, visando à proteção do meio ambiente para a melhoria das condições de vida como um todo.

O direito ambiental tem como base estudos complexos que envolvem várias ciências como biologia, antropologia, sistemas educacionais, ciências sociais, princípios de direito internacional, entre outras. Por conseguinte, é fundamental que se tenha uma *visão holística* para o desenvolvimento de seu estudo. O conhecimento fragmentado da matéria impede que se possa atingir a finalidade principal, qual seja a efetiva proteção do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 (art. 225), contém normas direcionais da problemática ambiental, dando as diretrizes de preservação e proteção dos recursos naturais, incluindo nelas a fauna e a flora, bem como, entre outras medidas, normas de promoção da educação ambiental, além de definir o meio ambiente como bem de uso comum do povo.

O direito ambiental é, pois, conquista importante para a garantia da *qualidade de vida* de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se propõe a assegurar a *preservação* das demais formas de vida, bem como dos recursos florestais, hídricos e minerais de nosso país.

O estudo do direito ambiental não pode prescindir do auxílio de outras ciências.

2. Ética ambiental.

A ética ambiental será o início de uma nova ordem mundial, uma nova filosofia de vida do homem, alicerçada em novos valores extra sociais humanos. Sua base científica é o estudo da relação homem-natureza, que engloba, neste binômio, todas as raças humanas e todos os seres existentes, abrangendo também os inanimados, como o solo, o ar e a água. Tudo que existe tem sua importância e passa a fazer parte desta nova relação ética. Uma nova esperança de vida.

¹ Vicente José Malheiros da Fonseca é Desembargador do Trabalho de carreira (Aposentado), ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Belém-PA). Professor Emérito da Universidade da Amazônia (UNAMA). Compositor. Membro da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região, da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, da Academia Paraense de Música, da Academia de Letras e Artes de Santarém, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós, da Academia Luminescência Brasileira, da Academia de Música do Brasil, da Academia de Musicologia do Brasil, da Academia de Música do Rio de Janeiro, da Academia de Artes do Brasil, da Academia de Música de Campinas (SP), da Academia de Música de Santos (SP), da Academia Paraense de Letras Jurídicas, da Academia Paraense de Letras (Cadeira nº 34), da Academia Brasileira de Ciências e Letras (Câmara Brasileira de Cultura), da Academia Brasileira Rotária de Letras (ABROL) - Seção do Oeste do Pará, da Academia de Música de São José dos Campos (SP), da Academia de Música de São Paulo, da Academia de Música de Presidente Prudente. Membro Honorário do Instituto dos Advogados do Pará. Sócio Benemérito da Academia Vigieense de Letras (Vigia de Nazaré-PA). Sócio Honorário da Academia Paraense de Jornalismo.

3. Princípios gerais.

Podemos indicar alguns princípios gerais do direito ambiental, dentre outros: indisponibilidade do interesse público na proteção do meio ambiente (art. 225, da CF); da prevenção (art. 2º, da Lei nº 6.938/1981); da cooperação ou participação (art. 225, da CF); da legalidade (art. 5º, II, da CF); da publicidade – EPIA/Rima (Resolução-Conama nº 001/1886); da informação (art. 6º, § 3º, da Lei nº 6.938/1881); do poluidor-pagador (art. 4º, da Lei nº 6.938/1981 e Lei nº 9.433/1997); da responsabilidade por danos ambientais (art. 225, § 3º, da CF, e Lei nº 9.605/1998); da soberania dos Estados na política ambiental (“Agenda 21”); do desenvolvimento sustentável (“Agenda 21”); da educação ambiental (“Agenda 21”).

4. Conclusões.

4.1. - *Visão holística*: o estudo do direito ambiental não pode prescindir do auxílio de outras ciências.

4.2. - *Natureza jurídica*: enquanto relação jurídica, o meio ambiente se estruturou na categoria de *interesses difusos*.

4.3. - *Ética ambiental*: o direito ambiental traz um novo conceito de comportamento: a necessidade de solidariedade como um instituto jurídico norteador, um princípio ético que abstrai a reciprocidade, já que a responsabilidade dos atos ocorre não apenas com as gerações presentes, mas, principalmente, com as futuras.

4.4. - *Dignidade e cidadania*: o equilíbrio do meio ambiente laboral, a qualidade de vida do trabalhador e a sua saúde são pressupostos de uma vida com dignidade e expressão de cidadania.

4.5. - *Princípio da prevenção*: destaca-se, no direito ambiental, o *princípio da prevenção*, que busca evitar o dano ou perigo ao meio ambiente, uma vez que, em muitos casos, os acidentes ecológicos terão consequências irreparáveis.

4.6. – *Proteção jurídica efetiva*: já existem normas jurídicas válidas de proteção ao meio ambiente do trabalho, no Brasil. Contudo, a *efetividade*, a eficácia ou o melhor resultado dessas normas depende da eficiente fiscalização estatal e de medidas criativas capazes de tornar realidade a tutela jurídica que preserve a *dignidade* do trabalhador, sem nenhuma discriminação.